



Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à Assembleia Legislativa, Mak Soi Kun

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, tendo consultado as opiniões da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), a Direcção dos Serviços de Economia apresenta a seguinte resposta à interpelação escrita do Deputado Mak Soi Kun, de 17 de Março de 2020, enviada ao coberto do ofício da Assembleia Legislativa n.º 215/E166/VI/GPAL/2020, de 19 de Março de 2020, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 20 de Março de 2020:

Face ao impacto da pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus nas empresas de Macau, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) lançou, sucessivamente, diversas medidas, incluindo o Plano de Bonificação de Juros de Créditos Bancários para as Pequenas e Médias Empresas, especialmente elaborado para as pequenas e médias empresas, o relaxamento provisório de requisitos de candidatura ao Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e o lançamento de subvenção do pagamento de tarifas de água e de electricidade para empresas e estabelecimentos comerciais e a medida de isenção/redução de diversos impostos e taxas, por forma a atenuar a pressão de falta de fundos e reduzir os custos de exploração das pequenas e médias empresas, prestando apoio ao funcionamento contínuo das mesmas e à ultrapassagem das actuais dificuldades.

Ao mesmo tempo, para promover a procura interna, dinamizar a economia e estabilizar o mercado de emprego, o Governo da RAEM já lançou o Plano de Subsídio de Consumo no sentido de atribuir aos residentes de Macau que tenham concluído a inscrição com sucesso um subsídio de consumo no valor de 3 000 patacas. Os residentes podem utilizar o cartão de consumo no período entre Maio e Julho para colocar os fundos em estabelecimentos comerciais mediante o mecanismo do mercado. Quanto ao seu âmbito de utilização, para além de não poder ser utilizado nos estabelecimentos como casinos, instituições financeiras e casas de penhores, nem para pagar as despesas com a água, electricidade, serviços de comunicações, serviços de radiodifusão televisiva e sonora, serviços de transporte transfronteiriço, serviços turísticos no exterior e serviços médicos, entre outros, o subsídio de consumo pode ser utilizado em diversos sectores, tais como comércio a retalho, restauração e outros sectores de serviços, pelo que é previsto que as pequenas e médias empresas em geral,



incluindo as lojas situadas em bairros comunitários ou em instalações turísticas e de passagem de férias, possam ser beneficiadas.

No que concerne ao alojamento dos trabalhadores não residentes (TNR's), a fim de reduzir o fluxo de pessoas entre as regiões de Macau e Zhuhai, diminuindo o risco de infecção cruzada pelo vírus, o Governo da RAEM fez um apelo às empresas de Macau, incluindo as operadoras do jogo, para adoptarem medidas contingentes de alojamento dos seus TNR's que têm de atravessar a fronteira, devendo os TNR's indispensáveis permanecer em Macau, sendo-lhes providenciado alojamento temporário, enquanto os restantes devem continuar a residir em Zhuhai até a epidemia estar controlada e serem feitas diligências para o seu regresso a Macau.

Em articulação com as medidas de controlo de entrada e saída do território lançadas pelo Governo da RAEM devido à epidemia, a DSAL, para além de ter tido uma reunião com os representantes das seis operadoras do jogo, em conjunto com a Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos, em Fevereiro do corrente ano, para apelar para uma boa programação do alojamento dos trabalhadores que atravessam a fronteira, ainda negociou com os sectores profissionais e associações comerciais, tendo obtido o apoio de diversos hotéis de Macau, os quais disponibilizaram, por um preço mais baixo, quartos de hotel, resolvendo temporariamente a necessidade de alojamento dos TNR's. Quanto à Associação que coordena a vinda dos TNR's do Interior da China a Macau, esta também aderiu, de forma activa, ao apelo do Governo, sendo que, relativamente aos trabalhadores que tinham de permanecer em Macau para prestar serviços públicos sociais, aquela Associação, em conjunto com mais de 10 empresas com capital da China, programaram o alojamento em hotéis de cerca de 3 000 TNR's do Interior da China.

Por outro lado, o Governo da RAEM já anunciou o lançamento da segunda ronda de medidas de apoio económico contra a epidemia, envolvendo 13,6 mil milhões de patacas, com vista à garantia de emprego, estabilização económica e manutenção da vida da população. A segunda ronda de medidas de apoio económico contra a epidemia é composta por um fundo específico de apoio ao combate à epidemia no valor de 10 mil milhões de patacas e pela segunda fase do Plano de Subsídio de Consumo. De entre estes, o fundo específico de apoio ao combate à epidemia no valor de 10 mil milhões de patacas, tendo em conta tanto a generalização



como a especificidade, vai contemplar beneficiários de diversos níveis, incluindo trabalhadores, empresas, profissionais liberais e residentes. A segunda ronda de medidas de apoio económico compreende seis planos, incluindo o Plano de Apoio Pecuniário aos Trabalhadores, o Plano de Apoio Pecuniário aos Profissionais Liberais, o Plano de Apoio Pecuniário às Empresas, o Plano de Bonificação de Juros de Créditos Bancários para os Profissionais Liberais, a Formação Subsidiada (Plano para Aumento de Aptidões e Formação Profissional) e a segunda fase do Plano de Subsídio de Consumo. No futuro, o Governo da RAEM vai atender, continuamente, às novas evoluções do ambiente económico e social e lançar mais medidas de resposta adequadas quando necessário.

De referir que embora a economia e a vida da população de Macau se encontrem actualmente afectados pela epidemia, desde que a sociedade e a população em geral tenham confiança e façam bem os trabalhos de prevenção contra a epidemia em articulação com o Governo, cremos que quando a situação epidémica estiver mais estável, Macau terá condições para requerer, por iniciativa própria, ao Governo Central a retoma da emissão dos vistos individuais, de modo que as exportações dos serviços voltem à normalidade. Ao mesmo tempo, o Governo da RAEM, para além de promover o consumo interno através de medidas apropriadas, também vai reforçar a aposta dos recursos em obras públicas no intuito de criar condições mais favoráveis para dinamizar a economia e estabilizar o emprego.

Aos 15 de Abril de 2020.

O Director dos Serviços

Tai Kin Ip